
Companhia Águas de Itapema

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Águas de Itapema

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Águas de Itapema ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Águas de Itapema em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 4 de junho de 2018, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não



Companhia Águas de Itapema

ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Companhia Águas de Itapema

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 30 de março de 2019


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
Circulante		8.425	9.483	Circulante		32.088	30.451
Caixa e equivalentes de caixa	3	456	3.577	Empréstimos e financiamentos	11	17.137	15.389
Contas a receber	4	3.951	3.950	Fornecedores	12	4.909	6.832
Créditos tributários		7	87	Pessoal a pagar	13	435	489
Estoques	6	1.747	1.629	Encargos sociais a pagar	13	405	109
Adiantamentos	5	300	226	Encargos tributários a pagar	14	8.011	3.354
Partes relacionadas	10	1.953	-	Impostos e contribuições parcelados	14	1.189	2.207
Outros ativos circulantes		11	14	Partes relacionadas	10	-	1.496
				Outras contas a pagar		2	-
				Dividendos a pagar		-	575
Não circulante		121.049	109.767	Não circulante		62.659	53.969
Títulos de valores mobiliários		47	44	Empréstimos e financiamentos	11	57.221	48.433
Outros ativos não circulantes	7	278	2.811	Impostos e contribuições parcelados	14	1.856	1.608
				Partes relacionadas	10	3.468	3.814
				Provisões para contingências	15	114	114
Imobilizado	8	101	139	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		34.727	34.830
Intangível	9	120.623	106.773	Capital social	16.1	32.175	32.175
				Reserva legal	16.2	1.139	931
				Reserva de retenção de lucros	16.4	1.413	1.724
Total do ativo		129.474	119.250	Total do passivo e patrimônio líquido		129.474	119.250

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2018	2017
Receita operacional líquida	17	48.631	57.413
Custos dos serviços prestados	18	(15.889)	(24.613)
Lucro bruto		32.742	32.800
(Despesas)/receitas operacionais		(10.604)	(8.794)
Despesas gerais e administrativas	19	(7.335)	(7.222)
Despesas comerciais	20	(2.295)	(2.178)
Outras receitas/despesas	21	(974)	606
Resultado operacional antes do efeitos financeiros		22.138	24.006
Resultado financeiro	22	(12.485)	(7.647)
Despesas financeiras		(12.960)	(8.475)
Receitas financeiras		475	828
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição social		9.653	16.359
Imposto de renda e contribuição social		(5.495)	(13.939)
Corrente	23	(5.355)	(13.874)
Diferido		(140)	(65)
Lucro líquido do exercício		4.158	2.420
Lucro básico por ação - Reais	24	0,1292	0,0752

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	4.158	2.420
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>4.158</u>	<u>2.420</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros Acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2017	4.049	810	14.075	-	18.934
Integralização de capital	16.276	-	(16.276)	-	-
Integralização de capital com créditos	11.850	-	-	-	11.850
Reversão de dividendos a pagar	-	-	2.201	-	2.201
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.420	2.420
Destinação do resultado do exercício:					
Constituição reserva de retenção de lucros	-	-	1.724	(1.724)	-
Constituição reserva legal	-	121	-	(121)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(575)	(575)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	32.175	931	1.724	-	34.830
Distribuição da reserva de retenção de lucros	-	-	(1.724)	-	(1.724)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.158	4.158
Destinação do resultado do exercício:					
Constituição reserva de retenção de lucros	-	-	1.413	(1.413)	-
Constituição reserva legal	-	208	-	(208)	-
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	(2.537)	(2.537)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	32.175	1.139	1.413	-	34.727

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	4.158	2.420
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa proveniente		
Depreciação e amortização	4.676	3.070
Provisão para contingências	-	(1.647)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	4.722	3.760
Juros apropriados sobre debêntures	7.343	2.108
Juros apropriados sobre parcelamentos	330	808
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	980	470
Impostos diferidos	185	86
Aumento/(redução) nos ativos		
Contas à receber	(981)	(542)
Demais contas a receber e adiantamentos	(2.139)	(1.934)
Créditos tributários	80	6
Estoques	(118)	753
(Aumento)/Redução nos Passivos		
Fornecedores	(1.923)	(5.746)
Encargos tributários a pagar	4.472	1.533
Salários e encargos sociais a pagar	242	(163)
Impostos e contribuições parcelados	(1.537)	9.819
Demais contas à pagar	2	-
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais	20.492	14.801
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(1.114)	(11.821)
Disponibilização de títulos e valores mobiliários	(3)	4.350
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de investimento	(1.117)	(7.471)
Empréstimos e financiamentos captados	7.243	12.889
Empréstimos e financiamentos pagos - Amortização	(17.577)	(14.153)
Empréstimos e financiamentos pagos - Juros	(3.968)	(3.975)
Lucros distribuídos	(4.836)	
Empréstimos com acionistas	(3.358)	786
Caixa Líquido usado nas Atividades de financiamento	(22.496)	(4.453)
Acréscimo (decréscimo) Líquido no Saldo de Caixa	(3.121)	2.877
Caixa e equivalente de caixa		
Composição do Caixa Inicial	3.577	700
Composição do Caixa Final	456	3.577

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Águas de Itapema (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a implantação e exploração, em regime de concessão dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto do Município de Itapema, Estado da Santa Catarina. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil com sede na Av. Marginal Leste, 5, na cidade de Itapema. Os serviços compreendem a execução de todos os investimentos e atividades necessárias à gestão dos sistemas e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante a cobrança de tarifa.

O prazo de concessão, que era de 300 meses (25 anos), contados a partir da data de recebimento da Ordem do Serviço Global, ocorrido em 08 de julho de 2004, foi prorrogado para 480 meses (40 anos), conforme contrato de prorrogação de prazo firmado em 04/12/2015. Com a prorrogação contratual, a Companhia assumiu contratualmente as metas do Plano Municipal de Saneamento Básico que prevê investimentos de aproximadamente R\$ 504 milhões (não auditado) nos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto de 2016 até 2.044 em toda a rede urbana, com metas anuais. O sistema de água receberá aporte de R\$ 149,9 milhões, e o de esgoto, R\$ 353,9 milhões (não auditado). Para o sistema de água estão previstos o aumento da reservação de água bruta e de água tratada, implantação de novas adutoras e redes de distribuição, aumento da capacidade de tratamento de água nas estações, substituição de hidrômetros, controle de perdas, entre outros, com o objetivo de garantir o abastecimento de água nas temporadas de verão. A Companhia possui exclusividade na execução dos serviços mencionados no contrato de concessão. A remuneração da Companhia se dá pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água e esgoto faturáveis e aos demais serviços associados diretamente aos consumidores, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido, o melhoramento da qualidade dos serviços prestados e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

1.1. Planos da Administração

Conforme previsto pela Administração, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou lucro líquido, porém, apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 23.663 (R\$ 20.968 em 2017) em decorrência dos investimentos necessários para atendimento aos usuários, demandando aporte dos acionistas.

A Administração, com base em estimativas do retorno de seus investimentos e a implantação da tarifa justa definida no reequilíbrio contratual, prevê melhorias em seus resultados e reforço de caixa ao longo de 2019.

A Administração da Companhia vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial, como o aumento de sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações. Estas medidas incluem, entre outras:

- Readequação de suas obrigações estratégicas de investimento;
- Foco na continuidade ao plano de redução de custos e despesas.

Em 7 de fevereiro de 2019, a Companhia emitiu R\$ 100.000 em debêntures enquadradas na Lei 12.431. Tal captação de recursos será utilizada no plano de investimentos previsto no Contrato de Concessão para o exercício de 2019.

A captação contou com o Banco Santander (Brasil) S.A. como Coordenador Líder e obteve rating Aa3.br pela Moody's.

A totalidade dos recursos oriundos da referida emissão será investida no sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto da cidade de Itapema - SC, enquadrado como

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

prioritário por meio da Portaria do Ministério das Cidades nº 320, de 15 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 16 de maio de 2018, o qual compreende, entre outros investimentos, a expansão da rede coletora de esgoto e a ampliação da capacidade de armazenamento e abastecimento de água da Companhia Águas de Itapema, envolvendo, aproximadamente, 37 km de rede coletora de esgoto nos bairros Jardim Praia Mar e Morretes; ampliação e modernização da Estação de Tratamento de Esgoto do bairro Morretes; construção de mais uma Estação de Tratamento de Água com capacidade de 125 litros por segundo e novos reservatórios de água tratada com capacidade para armazenar 7 milhões de litros e ampliação da Lagoa de Reservação de água bruta em mais 200 milhões de litros.

Com a ampliação do atendimento de esgoto e da capacidade de tratamento de água, a Companhia, assim como previsto no plano de negócio, aumentará sua receita e cumprirá com as obrigações contratuais, dentro de um equilíbrio entre capital próprio e capital de terceiros.

1.2. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 28 de março de 2019.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes das registradas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As informações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas informações contábeis.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.5. Ativos e passivos financeiros

2.5.1 Ativo Financeiro - Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

• Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber e saldos a receber da Agência Nacional de Águas - ANA. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.5.3 Impairment

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.5.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.5.5 Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017

Conforme permitido pelas regras de transição do CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017, cujo resumo apresentamos a seguir:

(i) Classificação

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificava seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos.

(ii) Reconhecimento e mensuração

A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do CPC 48. Subsequentemente, os ativos financeiros eram baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tivesse transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram, subsequentemente, contabilizados pelo valor

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

justo. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorressem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda eram vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, eram incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, eram reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, eram reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando tivesse sido estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia avaliava na data de cada balanço se havia evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado e as perdas por impairment eram incorridas somente se houvesse evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tivesse um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pudesse ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por impairment era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo era reduzido e o valor do prejuízo era reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tivesse uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment era a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia poderia mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuísse e a diminuição pudesse ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente era reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Passivo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada - PPP e compromissos de contratos de programa.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.7 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes. A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas, inclusive abrangendo os efeitos do CPC 48. A análise é realizada com base em dados objetivos do “contas a receber”, histórico de recebimentos, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

2.8 Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços

Os ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação destes ativos é o da média ponderada móvel. Os custos destes ativos incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de materiais. Estes ativos são materiais destinados ao consumo, a alocação em serviços a serem prestados e à manutenção das infraestruturas de: a) tratamento e distribuição de água; b) coleta e tratamento do esgoto. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão são classificados como “ativo intangível em curso”. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.9 Ativos intangíveis

a) Intangível - Contratos de concessão

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, gestão de iluminação pública e outros, firmados com o poder concedente.

A Companhia reconhece o ativo intangível ou ativo financeiro à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos ou contraprestação devida pelo poder concedente, conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão, ou no ativo financeiro, quando a contraprestação é devida diretamente pelo concedente ou a recuperação do ativo for superior ao prazo do Contrato de Concessão.

Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor. Nos ativos financeiros, a amortização se dá pela parcela da contraprestação definida para amortização do ativo.

b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

2.10 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida Útil
	Estimada
Móveis e utensílios	10
Veículos	20
Computadores e Periféricos	20
Máquinas e Equipamentos	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Instrumentos financeiros compostos, os quais incluem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia atua e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda e de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos pela companhia no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.15 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.16 Reconhecimento da receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para as receitas dos municípios permissionários que não pagam a fatura integral, a Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no momento do faturamento em conta redutora da receita.

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) **Receitas e despesas financeiras:** A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

b) **Receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 (R1) (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

c) **Receita de remuneração dos ativos de concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento.

d) **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.18 Mudanças em políticas contábeis

2.18.1 Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1º de janeiro de 2018

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018:

. CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

. CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

2.18.2 Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. CPC 06(R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06(R2) entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

Com relação aos efeitos do CPC 06(R2) - Leases, a Companhia firmou contrato de locação sob medida na modalidade de built to suit. A partir da entrega definitiva do imóvel, que se deu em dezembro de 2018, o contrato de locação foi reconhecido como passivo e os ativos reversíveis foram reconhecidos como ativos intangíveis (direito de uso).

A Companhia estima que a adoção desta norma resultará na contabilização de ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos de uso nos valores de R\$ 878 e R\$ 1.274, respectivamente.

Esses foram os principais impactos, e a Companhia acompanha demais situações para poder finalizar o processo de avaliação de sua adoção plena a partir de 1º de janeiro de 2019.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e saldos em conta corrente bancária	187	156
Aplicações financeiras de liquidez imediata (*)	269	3.421
	<u>456</u>	<u>3.577</u>

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2018 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 98% do CDI, comparados aos 100% do CDI em 31 de dezembro de 2017.

4. Contas a receber

4.1. Composição

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas a receber - Consumidores	9.500	8.419
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(5.549)	(4.469)
	<u>3.951</u>	<u>3.950</u>

As contas a receber referem-se à remuneração da concessionária sobre a distribuição de água tratada e serviços de rede de esgoto no Município de Itapema - Santa Catarina, em regime de concessão.

4.2. Composição das contas a receber por vencimento

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Faturado		
A vencer	2.577	2.452
Vencidos até 30 dias	1.123	1.028
Vencidos de 31 até 60 dias	228	184
Vencidos de 61 até 180 dias	350	286
Vencidos há mais de 181 dias	5.222	4.469
(-) Perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	(5.549)	(4.469)
	<u>3.951</u>	<u>3.950</u>

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.3. Movimentação das Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldos iniciais	4.469	3.766
Atualização / Reversão PCLD	(854)	(470)
Créditos provisionados no exercício	1.934	1.173
Saldos finais	<u>5.549</u>	<u>4.469</u>

Através de análises de crédito, históricos de recebimentos, e prospecção de perdas futuras, a Administração da Companhia decidiu constituir provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 5.549.

5. Adiantamentos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Adiantamento a funcionários	13	24
Adiantamento a fornecedores (a)	287	202
Total de adiantamentos	<u>300</u>	<u>226</u>

(a) Valores classificados como adiantamentos a fornecedores referentes a prestadores de serviços na execução dos projetos de infraestrutura e melhorias iniciadas em 2018 que foram concluídos em 2019.

6. Estoques

Os ativos destinados a aplicação na concessão são compostos por materiais de construção e demais artefatos e insumos aplicados em reparos da rede de tratamento de esgoto e água.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Produtos químicos	205	143
Bombas e equipamentos	318	305
Tubos e conexões para água	121	105
Tubos e conexões para esgoto	949	950
Hidrômetros	36	31
Outros materiais de uso e consumo e manutenção	118	95
	<u>1.747</u>	<u>1.629</u>

7. Outros ativos não circulantes

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aluguéis a apropriar (a)	-	2.608
Depósitos recursais	278	203
	<u>278</u>	<u>2.811</u>

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Em 05 de fevereiro de 2016 a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário (“FII”), em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, com respectivo valor de locação de R\$ 164 mensal. Em 2018 foi firmado o termo de entrega da obra, tendo o reconhecimento do arrendamento financeiro, através do passivo a valor presente e do direito de uso no ativo, de acordo com o CPC 06.

8. Imobilizado

8.1. Composição

	Vida útil (%)	31/12/2018			31/12/2017
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	77	(66)	11	10
Veículos	20	698	(678)	20	28
Computadores e periféricos	20	152	(141)	11	19
Máquinas e equipamentos	10	428	(369)	59	82
		1.355	(1.254)	101	139

A Administração avaliou que não há indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda estimada (*impairment*) foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

8.2. Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

	Saldo	Adições	Depreciação	Saldo
	31/12/2017			31/12/2018
Custo				
Móveis e utensílios	10	3	(2)	11
Veículos	28	-	(8)	20
Computadores e periféricos	19	2	(10)	11
Máquinas e equipamentos	82	-	(23)	59
	139	5	(43)	101

9. Intangível

9.1. Composição

	31/12/2018				31/12/2017			
	Taxa	Amortização		Intangível	Taxa	Amortização		
	Amortização	Amortização	Intangível		Amortização	Amortização	Intangível	
	Média Anual	Custo	acumulada	Líquido	Média Anual	Custo	acumulada	Líquido
Contrato de concessão	4,2105%	147.330	(43.959)	103.371	4,040%	146.155	(39.450)	106.705
Direito de Uso (Built to suit)	2,5230%	17.376	(124)	17.252	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-	-	68	-	68
		164.706	(44.083)	120.623		146.223	(39.450)	106.773

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2. Descrição da concessão e vigência

A Companhia é concessionária dos serviços de abastecimento básico de água tratada e tratamento de esgoto, mediante contrato firmado com o Município de Itapema, no Estado de Santa Catarina, para realização dos serviços de abastecimento de água. Compreendendo a execução de todos os investimentos e as atividades necessárias à gestão dos sistemas e serviços de abastecimento de água e a sua comercialização, mediante a cobrança de tarifa. O prazo de concessão é de 480 meses (40 anos), contados a partir do efetivo início dos serviços concedidos, e a Companhia possui exclusividade na execução dos serviços mencionados.

A remuneração da Companhia se dá pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água, de forma a possibilitar devida remuneração do capital investido, o melhoramento da qualidade do serviço prestado.

Ao término da concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Companhia, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas serão revertidos automaticamente ao Município ao serviço de água e esgoto do Município de Itapema.

9.3. Movimentações do intangível

	31/12/2018				
	Intangível líquido inicial	Adições	Transferências	Amortização do exercício	Intangível líquido final
Contrato de concessão	106.705	1.107	68	(4.509)	103.371
Direito de uso (Built to suit)	-	17.376	-	(124)	17.252
Obras em andamento	68	-	(68)	-	-
	<u>106.773</u>	<u>18.483</u>	<u>-</u>	<u>(4.633)</u>	<u>120.623</u>

	31/12/2017				
	Intangível líquido inicial	Adições	Transferências	Amortização do exercício	Intangível líquido final
Contrato de concessão	79.993	11.744	17.994	(3.026)	106.705
Obras em andamento	17.994	68	(17.994)	-	68
	<u>97.987</u>	<u>11.812</u>	<u>-</u>	<u>(3.026)</u>	<u>106.773</u>

9.4. Amortizações

A amortização é realizada de acordo com o prazo de vigência da concessão. Para os investimentos realizados durante a vigência do contrato, a amortização é realizada de forma proporcional, coincidente com a data de finalização da concessão.

A seguir a composição das amortizações previstas e estimadas para os exercícios subsequentes:

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Amortização prevista anual	
	31/12/2018	31/12/2017
2018		5.907
2019	6.012	5.907
2020	6.012	5.907
2020	6.012	5.907
Após 2021	102.587	83.145
	120.623	106.773

Com base em um laudo técnico de empresa contratada, A Companhia reavaliou seu critério de amortização a partir de janeiro de 2014, passando a considerar as melhores estimativas de realização do ativo até o encerramento do prazo de concessão, bem como também considerando a realização de determinados ativos, quando sua vida útil é inferior ao prazo de concessão. A partir de janeiro de 2016, por conta do aditivo de contrato de prorrogação do prazo da concessão e o reequilíbrio, a Companhia continuará a amortizar seu intangível de acordo com o prazo de concessão, que se finda em 2044, ou a vida útil, dos dois o menor.

9.5. Serviços de construção

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de construção	1.165	11.812
Custo de construção	(1.165)	(11.812)
	-	-

10. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relacionados a operações entre partes relacionadas decorrem de transações financeiras com a Companhia e seu acionista, nas quais a Administração considera que foram realizadas em condições pactuadas entre as partes.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram registradas quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

10.1. Composição

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante		
CONASA - Infraestrutura S/A (a)	1.953	-
Passivo circulante		
CONASA - Infraestrutura S/A (a)	-	1.496
Passivo não circulante		
Sanesalto Saneamento S.A. (b)	3.468	3.814

(a) Os saldos de parte relacionada com a Controladora referem-se às movimentações financeiras efetuadas entre as companhias. As companhias tomarão ou emprestarão recursos financeiros conforme suas necessidades, de forma sucessiva e contínua,

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

assumindo, respectivamente, a posição de devedora ou credora conforme o caso. O grupo econômico não tem como prática interna cobrar juros sobre estas transações, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações, em razão de se utilizarem da premissa de uso de Administração de caixa e recursos centralizados e com remessas e uso de recursos quando necessário pelas empresas;

- (b) A Sanesalto cedeu a valor de face, em virtude do PRT e PERT, créditos tributários decorrentes de prejuízos acumulados que não seriam utilizados em sua operação. Conforme contrato de créditos tributários firmado entre as partes, podendo ser liquidados em até 60 meses.

10.2. Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

A Companhia mantém um saldo a pagar de R\$ 165 em 31 de dezembro de 2018 referente as despesas dos serviços administrativos compartilhados pela Conasa ao qual vem pagando conforme sua disponibilidade de caixa. Estão inseridos nestes serviços os valores das despesas de um modo geral necessárias para a manutenção da estrutura administrativa da Conasa, de acordo com a proporção de receitas do exercício anterior de suas coligadas e controladas.

	Passivo	
	31/12/2018	31/12/2017
CONASA - Infraestrutura S.A. (a)	335	329

	Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017
CONASA - Infraestrutura S.A.	3.889	3.748

- (a) Os valores correspondentes ao passivo dos reembolsos de serviços administrativos compartilhados estão inseridos no grupo de Fornecedores.

10.3. Remuneração dos administradores

As despesas referentes a remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2018, totalizaram R\$ 331 (em 2017 totalizaram R\$ 193).

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos

11.1. Composição dos empréstimos e financiamentos

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	31/12/2018		31/12/2017	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e financiamentos						
Capital de giro - IGPM (CCB) (a)	jun/19	10,50%	10.009	-	12.716	12.716
Capital de giro - TJLP (BRDE) (b)	mai/37	13,40%	2.331	10.499	2.427	11.048
Capital de giro - Sicredi	jan/20	12,00%	1.191	-	231	115
Capital de giro - CDI	out/21	10,50%	2.600	2.961	-	-
Conta corrente		13,11%	157	-	-	-
Debêntures (c)	jul/29	12,00%	-	31.889	-	24.546
			16.288	45.349	15.374	48.425
Arrendamentos mercantis						
Finame	out/19	18,80%	11	-	15	8
Arrendamento mercantil (d)	dez/27	12,62%	838	11.872	-	-
			849	11.872	15	8
			17.137	57.221	15.389	48.433

11.2. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Saldo Inicial em 31/12/2017	63.822
Captações	20.016
(-) Pagamento do Principal	(17.577)
(-) Pagamento dos Juros	(3.968)
Provisão de Juros	12.065
Saldo Final em 31/12/2018	74.358

- (a) Para financiar a infraestrutura da concessão, em 2006 a Companhia captou o montante de R\$ 43.000 por meio de Cédula de Crédito Bancário (CCB), este empréstimo é remunerado a taxa de 10,5% a 11% a.a., sendo uma parcela pequena das CCBs, cerca de 12% das CCBs, remuneradas à 10,50% a.a. e correção monetária indexada ao IGP-M. Em garantia ao empréstimo assumido, a Companhia constituiu, em favor do banco, penhor integral sobre todos os direitos creditícios (contas a receber de clientes), decorrentes da prestação de serviços pelo fornecimento de água e tratamento de esgoto;
- (b) Em abril de 2017 a Companhia conseguiu liberação de recursos perante ao BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul no valor total de R\$ 13.200, que foram liberados em 3 parcelas, sendo a primeira em 2 de junho de 2017 no valor de R\$ 5.000, a segunda em 26 de julho de 2017 e a terceira no valor de R\$ 1.200 em 14 de dezembro de 2017. Estes recursos foram utilizados na ampliação e infraestrutura dos investimentos na concessão;
- (c) Em 04 de julho de 2016 houve a emissão de debêntures no valor de R\$ 21.000 da Companhia Águas de Itapema, que foram adquiridas pela Conasa Infraestrutura S.A., com vencimento para 2 de julho de 2029, com o mecanismo de pagamento (“bullet”), justamente para não onerar fluxo de caixa de curto prazo da Companhia em outros financiamentos.
- (d) A Companhia firmou contrato de locação sob medida na modalidade de built to suit. A partir da entrega definitiva do imóvel, que se deu em dezembro de 2018, o contrato de locação foi reconhecido como passivo e os ativos reversíveis foram reconhecidos como ativos intangíveis (direito de uso).

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não possui *covenants* financeiros em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

11.3. Vencimento das parcelas dos empréstimos (principal e encargos)

Ano de Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
2018	-	15.389
2019	17.137	15.389
2020	6.934	2.269
2021	6.934	2.269
2022	4.571	2.269
Após 2022	38.782	26.237
Total	74.358	63.822

12. Fornecedores

A Companhia trabalha com diversos fornecedores dos mais variados ramos de atividades, destacando-se fornecedores de materiais e serviços de infraestrutura de saneamento, materiais hidráulicos, materiais de construção e empreiteiros no setor da construção civil. Apresentamos a seguir os saldos comparativos:

	31/12/2018	31/12/2017
AMC Construções Ltda (a)	2.367	4.357
Outros Fornecedores	2.542	2.475
	4.909	6.832

(a) AMC Construções Ltda. é a empreiteira contratada para execução das obras de infraestrutura. Foram quitadas grande parte das medições dentro do exercício de 2018, porém, ocorreram outras obras de infraestrutura medidas dentro deste exercício, as quais serão liquidadas durante o exercício de 2019.

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal a Pagar		
Salários a pagar	135	146
Provisões trabalhistas	293	336
Outras obrigações trabalhistas	7	7
	435	489
Encargos Sociais		
INSS a recolher	377	77
FGTS a recolher	21	22
IRRF sobre folha a recolher	6	10
Contribuição assistencial	1	-
	405	109
	840	598

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Obrigações fiscais e parcelamentos

Encargos tributários a pagar	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
PIS e COFINS a recolher	1.407	270
ISS a recolher	2	230
Retenção de impostos	27	711
Impostos de renda e contribuição social	6.575	2.143
	8.011	3.354
Impostos e contribuições parcelados	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Parcelamento federal	1.189	2.207
	1.189	2.207
Não circulante		
Parcelamento federal	1.856	1.608
	1.856	1.608
Total de impostos e contribuições parcelados	3.045	3.815

14.1. Parcelamento federal

Em 31 de maio de 2017, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária - PRT, instituída pela MP 766 de 04 de janeiro de 2017. A modalidade que a Companhia optou foi em pagar 24% do seu saldo total dos débitos tributários em 24 parcelas, e o restante com a utilização de créditos de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de empresas do mesmo grupo. Poderiam incluir dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2016, bem como os débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatório e desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos. Abaixo a posição do parcelamento:

Parcelamento federal - PRT	
Valor original do débito	12.057
Multa original	3.859
Juros	3.453
(-) Valores pagos em parcelamento	(4.048)
Saldo do parcelamento no momento da consolidação	15.321
(-) Créditos fiscais adquiridos de partes relacionadas	(11.412)
(=) Saldo a pagar em 24 parcelas	3.677
(+) Atualização saldo devedor em 2018	179
(-) Parcelas pagas até 2018	(3.175)
Saldo do parcelamento líquido	681

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de julho de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituída pela MP 783 de 31 de maio de 2017 que foi regulamentada com a Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017. A modalidade que a Companhia optou foi em pagar 5% do seu saldo total dos débitos tributários em 5 parcelas, e o restante com a utilização de créditos de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de empresas do mesmo grupo. Poderiam incluir dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de abril de 2017, bem como os débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatório e desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos. Abaixo demonstramos a movimentação:

Valor original do débito	4.781
Multa original	956
Juros	982
Encargos Legais	377
(-) Valores pagos em parcelamento	(515)
Saldo do parcelamento no momento da consolidação	6.581
(-) Redução de Multa	(616)
(-) Redução de juros	(802)
(-) Redução de encargos	(377)
Saldo do parcelamento com reduções no momento da consolidação	4.786
(-) Créditos fiscais adquiridos de partes relacionadas	(3.467)
(+) Atualização saldo devedor até 2018	80
(-) Pagamento efetuados até dezembro/2018	(98)
Saldo do parcelamento líquido	1.301

15. Provisões para contingências

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, sendo que estas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia. Em função das características destas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas, contudo, houve processos que na análise dos advogados foram considerados que a Companhia terá êxito, desta forma, grande parte foram revertidos. Os saldos das provisões são os seguintes:

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.1. Composição por probabilidade de perda

Probabilidade de Perda	31/12/2018			
	Tributário	Cível (a)	Trabalhista	Total
Provável	-	114	-	114
Possível	-	1.818	548	2.366
Total	-	1.932	548	2.480

(a) Os processos referem-se às causas cíveis onde são pleiteadas indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas.

Probabilidade de Perda	31/12/2017			
	Tributário	Cível (a)	Trabalhista	Total
Provável	-	114	-	114
Possível	-	1.818	548	2.366
Total	-	1.932	548	2.480

Foi revertido em 31/12/2017 o contingenciamento tributário no valor de R\$ 1.615 referente a tributos que estavam sendo discutidos administrativamente e com o advento do Programa de regularização tributária (PRT) e Programa especial de regularização tributária (PERT) a companhia desistiu dos processos e incluiu os referidos débitos dentro destes parcelamentos.

15.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte em ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como perda possível, e para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Esses valores são avaliados e atualizados numa periodicidade, nunca inferior a um ano. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui os saldos de R\$ 1.818 (R\$ 1.818 em 2017) em processos cíveis e R\$ 548 (R\$ 548 em 2017) em processos trabalhistas, considerados como perdas possíveis.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado que em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$ 32.175, composto por 32.175.136 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A seguir, a composição acionária:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Conasa Infraestrutura S.A.	32.175.136	100%	32.175.136	100%
	32.175.136	100%	32.175.136	100%

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.2. Reserva legal

O Estatuto Social prevê que, do lucro líquido apurado no período, deverão ser destinados 5% para constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. Neste exercício foi provisionado o valor de R\$ 208.

16.3. Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do Lucro Líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Entretanto, durante o exercício de 2018 foram distribuídos dividendos intermediários no valor de R\$ 2.537, assim o provisionamento foi superior ao mínimo obrigatório, perfazendo o montante já distribuído, conforme deliberação em assembleia extraordinária.

16.4. Reserva de retenção de lucros

Constituída de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, os órgãos da administração propõem a retenção de parte dos lucros acumulados para cumprimento do plano de investimentos e cronograma de obras e serviços definidos no contrato de concessão. Desta forma foi constituído o valor de R\$ 1.413 para retenção de lucros.

Em 2018, o saldo da reserva de retenção de lucros constituída referente ao exercício de 2017 foi distribuído a controladora no valor R\$ 1.724.

17. Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de serviços	50.942	49.004
Receita de construção	1.165	11.812
Cancelamentos	(1.634)	(1.623)
Impostos sobre serviços	(1.842)	(1.780)
	48.631	57.413

18. Custos dos serviços prestados

	31/12/2018	31/12/2017
Custo com pessoal	(2.850)	(2.964)
Custo com materiais e insumos	(957)	(1.083)
Custo com produtos químicos	(1.566)	(1.272)
Custo com serviços de terceiros	(3.354)	(3.286)
Custo com amortização e depreciação	(4.633)	(3.026)
Custo com energia elétrica	(1.364)	(1.170)
Custos com construção	(1.165)	(11.812)
	(15.889)	(24.613)

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas com pessoal	(689)	(796)
Despesas com serviços de terceiros	(1.842)	(1.518)
Despesas com serviços administrativos compartilhados (a)	(3.889)	(3.748)
Despesas com viagens	(76)	(106)
Despesas com locação	(171)	(143)
Despesas com depreciação	(43)	(44)
Outras despesas	(625)	(867)
	<u>(7.335)</u>	<u>(7.222)</u>

(a) Referem-se aos serviços administrativos compartilhados efetuados durante o exercício os anos pela controladora, conforme mencionado na nota explicativa 10.2.

20. Despesas comerciais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesa com pessoal	(870)	(772)
Propaganda e publicidade	(305)	(328)
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(980)	(470)
Outras despesas comerciais	(140)	(608)
	<u>(2.295)</u>	<u>(2.178)</u>

21. Outras receitas / despesas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita com Reduções de Multas (PRT e PERT)	-	616
Provisões/reversões para perdas e contingências	-	1.152
Impostos devidos de períodos anteriores (*)	-	(401)
Multas sobre impostos em atraso	(985)	(784)
Outras Receitas	11	23
	<u>(974)</u>	<u>606</u>

(*) Refere-se a ISS do exercício de 2015 e 2016 reconhecido dentro do exercício de 2017 para entrada no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS 2017) da Prefeitura Municipal de Itapema/SC.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas financeiras		
Juros sobre atualização de debêntures	(7.343)	(2.108)
Juros sobre atualização das CCB's	(2.696)	(2.808)
Juros sobre empréstimo de capital de giro e FINAMEs	(2.026)	(949)
Juros tributários	454	(1.537)
Despesas Bancárias	(831)	(337)
Outras despesas financeiras	(518)	(736)
	(12.960)	(8.475)
Receitas financeiras		
Juros recebidos sobre aplicação financeira	43	403
Juros recebidos sobre arrecadação em atraso	431	422
Outras receitas financeiras	1	3
	475	828
Resultado financeiro	(12.485)	(7.647)

23. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) pelo regime fiscal do lucro presumido. Neste regime, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada por meio do cálculo da alíquota nominal de 25% de IRPJ e 9% de CSLL sobre a base de presunção, apurada conforme a legislação tributária na apuração dos tributos do ano corrente. Abaixo a composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social (corrente) - (a)	(5.350)	(5.334)
Imposto de renda e contribuição social (diferido)	(145)	(65)
Imposto de renda e contribuição social (exercícios anteriores) (b)	-	(8.540)
	(5.495)	(13.939)

a) A seguir a apuração do imposto de renda e contribuição social corrente:

Composição	31/12/2018	
	IRPJ	CSLL
Vendas brutas	48.039	48.039
Base de Presunção	48.039	48.039
Presunção lucro (32%)	15.372	15.372
Receitas Financeiras	448	448
Base tributável	15.820	15.820
IRPJ (15%)	(2.373)	-
Adicional (10%)	(1.558)	-
(-) Deduções IRRF s/aplicações	5	-
CSLL	-	(1.424)
	(3.926)	(1.424)

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2017	
	IRPJ	CSLL
Vendas brutas	49.004	49.004
Base de Presunção	49.004	49.004
Presunção lucro (32%)	15.681	15.681
Receitas Financeiras	75	75
Base tributável	15.756	15.756
IRPJ (15%)	(2.363)	-
Adicional (10%)	(1.553)	-
CSLL	-	(1.418)
	(3.916)	(1.418)

- b) Em 2015 e 2016 a Companhia realizava a presunção do faturamento de 8% para o IRPJ e de 12% para a CSLL, porém, com o advento do PERT, a Companhia resolveu reconhecer em 31/12/2017 a diferença da presunção para 32% destes dois exercícios e incluir no montante confessado, efetuando a adesão ao programa de regularização tributária, assim, o valor da diferença apurado destes dois exercícios foi de R\$ 6.569 de IRPJ e de R\$ 1.971 de CSLL, incluindo juros e multa.

24. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	4.158	2.420
Média ponderada de ações em circulação	32.175.000	32.175.000
Resultado por ações - básico - R\$	0,1292	0,0752

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação - diluído conforme requerido pelo CPC - 41, em razão de não existir fatores de diluição.

25. Instrumentos financeiros

25.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

	Categoria	2018		2017	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	456	456	3.577	3.577
Contas a receber	Custo amortizado	3.951	3.951	3.950	3.950
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	4.909	4.909	6.832	6.832
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	74.358	74.358	63.822	63.822
Partes relacionadas	Custo amortizado	3.468	3.468	5.310	5.310

25.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e os empréstimos e financiamentos são valorizados com taxa pré-fixadas e IGPM, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis.

	Risco	Taxa		Saldo Atual	Saldo em risco	Cenários		
		atual	Taxa futura			Provável	Possível (25%)	Remoto (50%)
Ativo financeiro								
Caixa e Equiv. Caixa	Redução da taxa CDI	6,42%	6,47%	456	29	-	-	-
Clientes		6,42%	6,47%	3.951	254	2	1	1
Passivo financeiro								
Empréstimos - CCB	Aumento na taxa IGP-M	7,54%	3,89%	10.009	755	(1.144)	(1.430)	(1.716)
Empréstimo BRDE	Aumento na taxa TJLP	6,98%	7,50%	12.830	896	(1.858)	(2.322)	(2.787)
Arrendamento - BTS	Aumento na taxa IGP-M	12,62%	12,11%	12.710	1.604	(3.143)	(3.929)	(4.715)
				27.246	1.933	(3.000)	(3.751)	(4.502)

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Risco de taxas de câmbio

A Companhia não realiza operações cambiais.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto ao risco de crédito associado a cliente, a Administração julga um risco significativo e provisiona as possíveis perdas de clientes, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4.

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial. Adicionalmente, a maturidade dos financiamentos e empréstimos é demonstrada na nota explicativa nº 11, o vencimento do saldo de fornecedores é até um ano, e não há data definida de vencimento para transações com partes relacionadas.

26. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Os contratos de seguros que a Companhia efetuou em 2018 cobrem os principais ativos operacionais, em especial as estações de tratamento de água e esgoto, com período de vigência de 1 de fevereiro de 2018 a 1 de fevereiro de 2019.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Abaixo os valores em risco:

	Valor em risco	
	Danos materiais	Lucros cessantes
Estação de tratamento de esgoto	17.250	9.642
Estações de tratamento de água	16.105	9.002
Estações elevatórias de esgoto	4.080	2.281
Sede Administrativa	1.500	838
Almoxarifado - anexo a sede administrativa	2.000	1.118
Almoxarifado - bairro Morretes	1.500	838
Lagoa de captação de água bruta	500	279
	42.935	24.000

27. Eventos Subsequentes

Em 7 de fevereiro de 2019, a Companhia emitiu R\$ 100.000 em debêntures incentivadas pela Lei 12.431/2011, com objetivo de alavancar recursos para o ciclo de investimento 2016 a 2019 previsto no Contrato de Concessão.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A captação contou com o Banco Santander (Brasil) S.A. como Coordenador Líder e obteve rating Aa3.br pela Moody's.

As debêntures são da espécie com garantia real (ações da Companhia) e com garantia fidejussória adicional, da CONASA Infraestrutura S.A. e cessão fiduciária dos recebíveis do Contrato de Concessão, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

Foram emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures, com valor nominal unitário das Debêntures de R\$ 1 (um mil reais)

Sobre o saldo devedor incidirá juros remuneratórios equivalentes à 7,0685% (sete inteiros e seiscentos e oitenta e cinco décimos de milésimos por cento) ao ano e as Debêntures terão prazo de vigência de 104 (cento e quatro) meses a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto em 15 de outubro de 2027.

Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, os juros remuneratórios e a amortização serão apurados e pagos em 17 (dezesete) parcelas, sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, sem carência, sendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2019 e, o último, em 15 de outubro de 2027.

Mario Vieira Marcondes Neto
Diretor Presidente

Isaac do Nascimento
Contador CRC-PR043806/0-1

* * *